

## Editorial – nº 17



Desde o ano passado temos visto o aprofundamento da crise de todo sistema imperialista mundial, que veio sendo adiada nas últimas décadas, principalmente a partir dos anos 90 com a chamada “globalização” e suas “políticas neoliberais” de saque das colônias e semicolônias em benefício dos monopólios imperialistas. Não se trata de uma crise temporária ou restrita a alguns países como tagarelavam os economistas de plantão.

É sim uma crise geral do capitalismo que tem causas muito profundas e que, frente à ameaça de uma catástrofe eminente, levou o Estado em cada país a socorrer as grandes corporações financeiras e industriais com bilhões de dólares. Mas até agora não conseguiram debelar a crise e estas empresas estão demitindo em massa.

Por toda parte cresce a resistência contra os planos imperialistas de aprofundar a opressão e subjugação dos povos e nações oprimidas.

Na Palestina, as agressões e genocídio levados a cabo pelo Estado fascista-terrorista de Israel levantou uma onda de protestos e solidariedade em todo o mundo. A heroica resistência do povo palestino, que desde 1948 luta nas piores condições pela libertação de suas terras, derrotou os planos ianques-sionistas e saiu mais fortalecida.



No Brasil, o gerente Lula fez o que mandaram seus patrões imperialistas, ou seja, salvar os banqueiros, grandes industriais e latifundiários da crise. Chegou a dizer que esta não atingiria o país e que as pessoas deveriam seguir gastando. Mas os fatos são teimosos e apontam para uma grave recessão.

O protesto popular cresce a cada dia e ainda que não tenha explodido em grandes rebeliões preocupa as classes dominantes. O Estado aprofunda a política fascista de criminalizar qualquer luta social, aparelha mais suas forças repressivas, aumenta a violência e assassinatos do povo nas favelas e bairros pobres. No campo se desencadeia nova onda de ataques orquestrada contra o movimento camponês encabeçada pelo presidente do STF – Supremo Tribunal Federal e acompanhada da gritaria de sempre da imprensa monopolizada e reacionária.

As constantes violações de direitos do povo em Rondônia resultaram na visita de uma missão internacional de advogados que realizaram investigações e se solidarizaram com a luta camponesa. O relatório preliminar de suas impressões rendeu duras críticas e denúncias da violência do Estado brasileiro contra o povo em geral e particularmente das forças policiais, judiciais e jornais a serviço dos grandes latifundiários da região contra os camponeses.

A crise política em Rondônia será agravada com a iminente cassação de Cassol e fará explodir as brigas entre os grupos de poder, fazendo vir a tona mais escândalos de corrupção.

Os monopólios de comunicação tentam criar uma cortina de fumaça para esconder que os principais representantes políticos dos grupos de poder a que pertencem (Gurgacz, Raupp e Cassol) respondem a centenas de processos judiciais. Como é o caso do ex-senador Mario Calixto, dono do jornal Estadão do Norte que responde a mais de 24 processos e está foragido desde o ano passado.

Na questão amazônica a operação "Manejo pirata" do Ibama, rendeu novas brigas entre os governos federal e estadual. Por trás estão os interesses dos países imperialistas e suas Ongs ambientalistas, em choque com os interesses dos grandes madeireiros e grandes latifundiários brasileiros pela disputa de maior controle e influência na região. Esta contradição custou a cabeça do comandante da polícia ambiental major Josenildo dos Santos que foi demitido por multar latifundiários, entre os quais o cunhado de Cassol, e fazer coro com a ação do ministro do Meio Ambiente Carlos Minc, contrariando os interesses do grupo a que serviu nos últimos anos.

A crise econômica já se faz sentir na redução da exportação de madeira, carne e soja e logo o desemprego e a miséria nas pequenas e médias cidades, empurrarão inevitavelmente os mais pobres a tomarem terras.

Mais que nunca se abrem brilhantes perspectivas para o povo lutar por seus direitos. No campo a Revolução Agrária se aprofunda, camponeses cortam as terras e distribuem para as famílias sem terra ou com pouca terra e logo começam a produzir de forma cada vez mais cooperada. Criam organizações de novo tipo, como as Assembleias Populares aonde os camponeses tomam todas as decisões e dão os primeiros passos aprendendo a governar o local onde moram. Este é o único caminho para a libertação dos camponeses, populações ribeirinhas, povos indígenas e demais trabalhadores da região Amazônica, somando-se à luta popular democrática e revolucionária de todo país.